

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BÁRBARA SANTOS MENDES**

**A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL**  
**E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PRÁTICA DA CONTABILIDADE CRIATIVA**

**UBERLÂNDIA**  
**SETEMBRO DE 2019**

**BÁRBARA SANTOS MENDES**

**A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL  
E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PRÁTICA DA CONTABILIDADE CRIATIVA**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Msc. José Eduardo de Aguiar**

**UBERLÂNDIA  
SETEMBRO DE 2019**

**BÁRBARA SANTOS MENDES**

**A adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil e a sua influência sobre a prática da contabilidade criativa**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação: Blind Review

**Uberlândia (MG), 03 de setembro de 2019**

## RESUMO

Tem-se que a contabilidade criativa não é uma prática nova, já que se observam elementos desse fenômeno desde o século XIX, primeiramente sob a forma de suavização dos rendimentos e a constituição de reservas ocultas ou fictícias. É um evento que resulta da flexibilidade de algumas normas contábeis que, através de suas brechas, tem facilitada a manipulação da informação, maquiando a realidade patrimonial de uma empresa e visando apresentar uma imagem almejada pelos gestores da informação contábil. Este Trabalho teve como objetivo verificar se os Pronunciamentos Contábeis, adotados após a convergência aos padrões internacionais de contabilidade pelo Brasil, facilitaram a prática da contabilidade criativa. Para esse estudo optou-se por uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e com abordagem qualitativa, tendo como amostra artigos publicados no período de 2013 a 2018. A partir dos dados coletados foi possível concluir que a adoção do padrão contábil internacional exerceu algum tipo de influência sobre o gerenciamento de resultados, sendo que para alguns autores o impacto foi maior do que para outros. O que também é possível inferir a partir do estudo diz respeito à importância quanto à preparação dos profissionais de contabilidade ao gerarem informações nos padrões contábeis internacionais, sendo esse empenho um dos meios de se obter informações contábeis confiáveis e de qualidade.

**Palavras-chave:** Contabilidade Criativa. Gerenciamento de Resultados. IFRS. Normas Internacionais de Contabilidade.

## **ABSTRACT**

*Creative accounting is not a new practice; elements of this phenomenon have been observed since the nineteenth century, primarily in the form of income smoothing and make-up of hidden or fictitious reserves. It is an occurrence that results from the flexibility of some accounting standards that through their gaps facilitate the manipulation of information and the shaping of the patrimonial reality of a company, aiming to present an image desired by accounting information managers. This Study aimed to verify if the Accounting Pronouncements adopted after Brazil's convergence to the international accounting standards facilitated the practice of creative accounting. For this Study it was done a descriptive bibliographic research with a qualitative approach, using as sample articles published from 2013 to 2018. From the collected data it was possible to conclude that the adoption of the international accounting standard had some kind of influence on earnings management – the impact being greater for some authors than others. What was also possible to infer from the study is the importance of preparing accounting professionals to generate information in the international accounting standards, being this commitment one of the means to obtain reliable accounting information*

**Keywords:** *Creative Accounting. Earnings Management. IFRS. International Accounting Standards.*

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade desde o seu princípio tem como base a informação, sendo ela o principal meio pela qual seus usuários tomam decisões. Essas informações estão contidas em demonstrações contábeis ou demonstrações financeiras, que são produzidas pelos profissionais de contabilidade (GARCIA; BIDARRA, 2017).

Com o processo de globalização, a economia se tornou um ambiente mais competitivo e complexo, gerando a necessidade de maior controle das situações patrimoniais das empresas. Dentro desse contexto, a contabilidade assume uma posição de grande relevância no processo decisório, se tornando o principal elo de comunicação entre os agentes internos e externos da companhia (SILVA; SANTOS, 2016).

Segundo Bernardes, Nascimento e Sousa (2013), enquanto ciência social, a contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das companhias, onde exerce seu controle, e gera informações claras e autênticas aos seus diversos usuários, ajudando-os no processo de tomada de decisão. Tem como um de seus objetivos primordiais estudar o patrimônio das empresas e elaborar demonstrações que expressem a situação econômica real, apesar dessas demonstrações nem sempre serem construídas com base em critérios objetivos, abrindo uma lacuna para a discricionariedade dos gestores (SANTOS; SCARPIN, 2011).

Dentro de um cenário econômico-financeiro onde a complexidade aumenta ao longo dos anos, a contabilidade é limitada, no que diz respeito a atender todas as práticas possíveis de serem adotadas, e isso faz com que ela não exerça seu papel de repassar informações que retratem a realidade da entidade em seus demonstrativos. Essa limitação oferece espaço para a manipulação de informações e a possibilidade de se fazer uso da contabilidade criativa (SILVA; SANTOS, 2016).

A contabilidade criativa não é uma prática nova, já que se observam elementos desse fenômeno desde o século XIX, primeiramente sob a forma de suavização dos rendimentos, tornando-os mais constantes e, na sequência, a constituição de reservas ocultas ou fictícias (DUARTE; RIBEIRO, 2007). Entende-se que seja um evento que resulta da flexibilidade de algumas normas contábeis, que através de suas brechas facilita a manipulação da informação, de forma a maquiagem a realidade patrimonial de uma empresa, visando apresentar aos usuários externos uma imagem pretendida pelos gestores (KRAEMER, 2004).

Segundo Cescon et al. (2016), houve um aumento na arbitrariedade levadas a termo pelo contadores no Brasil (CESCON et al., 2016), o que pode ser observado após a publicação

das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, e com a efetivação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), por meio do *International Accounting Standards Board* (IASB). Tais normas foram endossadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2018).

Assim, este trabalho teve como objetivo geral verificar se os Pronunciamentos Contábeis adotados após a convergência aos padrões contábeis internacionais pelo Brasil facilitaram a prática da contabilidade criativa no país. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) verificar junto a fontes bibliográficas a conceituação de contabilidade criativa, assim como as consequências e motivações do seu uso; (ii) selecionar por amostragem artigos com as palavras chaves “contabilidade criativa”, “gerenciamento de resultados”, “IFRS”, “suavização de resultados” e “normas internacionais de contabilidade”; e (iii) analisar os resultados dos artigos selecionados de forma a responder à pergunta de pesquisa.

O problema de pesquisa que se apresenta é definido pela pergunta: os Pronunciamentos Contábeis adotados no Brasil e referendados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) favoreceram a prática da contabilidade criativa?

Justifica-se essa pesquisa pelo interesse em descobrir se de fato o uso da Contabilidade Criativa foi intensificada no Brasil após a implementação, em 2010, das normas internacionais de contabilidade, facilitando a adoção de um cenário ajustado aos interesses dos stakeholders (FROTA; VIEIRA, 2014).

No próximo tópico é apresentado o referencial teórico que serviu como base para a realização desse estudo. No tópico três está descrita a metodologia de pesquisa, onde são explicitados os procedimentos metodológicos adotados e, logo a seguir, a análise dos dados coletados e a conclusão do estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste tópico são apresentados alguns estudos sobre alguns dos procedimentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a conceituação de contabilidade criativa, assim como as consequências e motivações do seu uso.

### **2.1 Normas Internacionais de Contabilidade no cenário brasileiro**

O processo de convergência as IFRS no Brasil ocorreu a partir de 2008, com a promulgação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, onde a principal alteração trazida por esse processo é que a prática contábil no Brasil passou a ser baseada mais na interpretação dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) ao invés de simplesmente na aplicação de regras nacionais (ANTUNES, et al., 2012).

No contexto de globalização, a adoção gradativa das normas internacionais de contabilidade (IFRS), teve como objetivo melhorar a informação aos usuários. Porém sua adoção aumentou o poder discricionário dos administradores, em vista de normas mais flexíveis, onde a essência predomina sobre a forma e a estrutura de normatização não é apenas baseada em regras, mas também em “princípios”, permitindo a adoção de práticas que tornam possível o atendimento de interesses específicos da administração ou da entidade (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

Diante desse cenário, o CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1), contém dois capítulos que foram aprovados pelo IASB: o capítulo 1 apresenta o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral; e o capítulo 3 expõe as características qualitativas da informação contábil-financeira útil (CPC, 2018).

Segundo o CPC 00 (R1), as demonstrações contábeis são elaboradas com o objetivo de proporcionar informações contábil-financeira aos usuários externos em geral, a fim de atender suas necessidades específicas, visto que a maior parte deles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas e avaliações, o que possibilita identificar a fraqueza e a força financeira da entidade (CPC, 2018).

Ainda segundo o CPC 00 (R1), para a informação contábil-financeira ser útil e atender as necessidades de seus usuários, ela deve ser relevante e retratar com fidedignidade o que se sugere a representar, tendo como características de melhoria a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e a compreensibilidade (CPC, 2018).

A relevância e representação fidedigna são fundamentais para essas informações, sendo relevantes quando capazes de fazer diferença na tomada de decisões por parte dos usuários, e fidedigna ao retratar a realidade por meio de três atributos, que são: completa, neutra e livre de erros (CPC, 2018).

A representação da realidade econômica completa deve conter todas as descrições e explicações necessárias para que o usuário entenda o fato apresentado. A informação é neutra quando não há distorções de sua realidade ou qualquer tipo de manipulação que influencie de

forma favorável ou desfavorável o comportamento dos usuários. Por fim, a representação fidedigna é o retrato da realidade em sua totalidade, livre de erros e omissões (CPC, 2018).

Nesse Contexto, Niyama, Rodrigues e Rodrigues (2015), apresentam algumas reflexões sobre o impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade sobre o ativo imobilizado: os autores o descreve como um exemplo prático onde a normatização contábil dos princípios predomina sobre as regras.

Antes da adoção dos padrões internacionais, a regra de depreciação do ativo imobilizado utilizada era baseada em critérios fiscais e, com as normas internacionais de contabilidade, fez-se necessário o julgamento para sua contabilização, ficando a cargo dos gestores a fixação do prazo de vida útil econômica do bem e o estabelecimento de seu valor residual. Essa abertura de julgamento ao gestor lhe permite escolher por maiores ou menores prazos de vida útil e de valores residuais, que conforme sua escolha causa diferentes impactos sobre o resultado (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do CPC 27, normatiza o tratamento contábil para os ativos imobilizados, onde apresenta como principais pontos sobre sua contabilização o reconhecimento inicial, a fixação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas. De acordo com o CPC 27:

A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e das estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informação que lhes permite revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades (CPC 2018).

Ainda segundo o CPC 27, a “estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes”. E quanto ao método de depreciação, o pronunciamento estabelece que podem ser aplicados diversos métodos de depreciação para adequar seu valor depreciável com sua vida útil, onde englobam o método da linha direta, dos saldos decrescentes e de unidades produzidas, ficando sob responsabilidade da administração selecionar o melhor método a ser utilizado, considerando aquele que melhor apresente o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados agregados no ativo. (CPC, 2018).

Outro procedimento contábil que proporciona bastante abertura ao subjetivismo é em relação à propriedade de investimento. De acordo com Niyama, Rodrigues e Rodrigues (2015), o *International Accounting Standard* (IAS) 40, que trata sobre a definição, reconhecimento e mensuração das propriedades de investimentos, abre brechas para o julgamento dos gestores. Sobre o reconhecimento, a propriedade de investimento deve

inicialmente ser mensurada pelo método de custo, já a mensuração posterior pode ser definida algumas escolhas contábeis. Outro fato subjetivo é quando uma mesma área é utilizada, tanto para rentabilidade futura quanto para operacionalização.

Sobre esse fato, em que uma mesma área é utilizada com finalidades distintas, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 28, que tem como objetivo apresentar o tratamento contábil das propriedades de investimentos, diz o seguinte:

Algumas propriedades compreendem uma parte que é mantida para obter rendimentos ou para valorização de capital e outra parte que é mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas. Se essas partes puderem ser vendidas separadamente (ou arrendadas separadamente sob arrendamento financeiro), a entidade contabiliza as partes separadamente. Se as partes não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade só é propriedade para investimento se uma parte insignificante for mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas (CPC 2018).

Dessa forma, conforme seja feita a escolha do gestor sobre sua classificação, ou do método de mensuração da propriedade de investimento, os usuários da informação poderá ter uma imagem errônea do objeto da contabilidade, o patrimônio (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

Ainda segundo os autores, diante das diversas lacunas contidas nas normas contábeis, inseridas em um contexto de flexibilidade dessas normas, surge a contabilidade criativa, como sendo um artifício utilizado pelos gestores advindo do seu poder de julgamento e interpretação perante a normatização contábil.

## **2.2 Contabilidade Criativa**

O estudo sobre Contabilidade Criativa teve início na década de 1980, e no decorrer dos anos surgiram várias pesquisas sobre este tema, com ênfase no impacto que gera na divulgação da informação contábil, abrangendo seus diversos desdobramentos, tais como: sua distinção com fraude, aspectos éticos, manipulação de dados contábeis, o porquê da sua adoção, o papel da auditoria, entre outros (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

O termo contabilidade criativa é de origem anglo-saxônica, tanto em seu aspecto prático, quanto em sua direção estratégica. É uma expressão já usada há alguns anos e já faz parte do cenário contabilístico (SOUSA, 2015).

Matsumoto e Parreira (2007) consideram sinônimos os termos Gerenciamento de Lucros, Manipulação dos Dados Contábeis, Contabilidade Criativa e Gerenciamento de Resultados. Por se tratarem de um mesmo fenômeno estes termos são objeto de estudo de vários autores, que procuram esclarecer do que se trata tais práticas. O termo contabilidade

criativa é bastante utilizado na Europa, enquanto gerenciamento de resultados é utilizado frequentemente nos Estados Unidos (NIYAMA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

Para Consenza (2002) é complicado definir o termo contabilidade criativa, primeiramente devido à atualidade do tema, mesmo este não sendo uma prática nova na contabilidade, segundo, pela complexidade de definir a palavra criativa em seus vários alcances. Ainda segundo o autor, a contabilidade criativa é utilizada para descrever o processo no qual os gerenciadores da informação contábil-financeira utilizam-se de seus conhecimentos das normas contábeis e societárias para “maquiar” os valores das demonstrações contábeis de uma empresa.

O resultado (lucro/prejuízo) é uma das informações mais importantes fornecidas pela contabilidade. O que vem ocorrendo é que parte desse resultado por vezes se torna alvo de ajustes contábeis de natureza discricionária. Essas práticas em geral seriam estimuladas por influências externas à empresa, que faz com que seus gestores “gerenciem” os resultados contábeis de acordo com suas necessidades (MARTINEZ, 2008)

Tem-se, por exemplo, a possibilidade do “gestor” gerir seus resultados por meio das acruais (acumulações), que é a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa, obtidas por meio das contas de resultado que entram no cálculo do lucro, mas que não geram necessariamente movimentações nas disponibilidades. As acumulações são divididas em acumulações discricionárias e acumulações não discricionárias, sendo as primeiras obtidas de forma artificial e com a única finalidade de “gerenciar” o resultado contábil, e as últimas são aquelas obtidas de acordo com a realidade do negócio (MARTINEZ, 2008)

Ainda segundo os autores, para qualquer estudo na área de “gerenciamento” de resultados, é de grande relevância estimar a discricionariedade da gestão diante dos lançamentos contábeis das acumulações, sendo que o valor das acumulações discricionárias (positivas ou negativas) demonstram que a empresa está gerenciando seus resultados para melhorá-los ou piorá-los.

Para Santos e Grateron (2003) o problema da contabilidade criativa não está somente em sua incerteza técnica e normativa, mas sua origem se encontra no conflito dos valores éticos e morais da sociedade contemporânea. Afirmam que a contabilidade criativa é adotada principalmente para distorcer a “imagem fidedigna” de uma companhia, sendo que essa prática pode compor as políticas e estratégias empresariais com intuito de influenciar a visão dos usuários da informação contábil.

Os valores éticos deveriam prevalecer, tanto dos contadores que são responsáveis pela confecção das demonstrações financeiras, quanto dos auditores, que são responsáveis pela

exatidão dessas informações, já que eles têm o compromisso de administrar a evidenciação do patrimônio da companhia, de forma que apresente uma imagem fiel da organização perante os usuários internos e externos (CONCENZA, 2002).

Sousa, Nascimento e Bernardes (2013) notaram em sua pesquisa que a contabilidade criativa tem como objetivo distorcer as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, apresentando resultados diferentes que seriam apresentados caso fosse adotado o modelo contábil em sua essência, ou seja, o seu uso não apresenta uma imagem fiel da realidade da empresa.

Para Silva e Santos (2016), a contabilidade apresenta diversas formas de uma mesma contabilização, isto devido à subjetividade na interpretação de determinados fatos contábeis. Essa operação flexível, juntamente com a conduta do profissional contábil, torna difícil a fiscalização para identificar e apontar indícios de irregularidades.

Ainda segundo os autores, a conceituação de Contabilidade Criativa cria duas vertentes, onde de um lado estão quem adota seus meios no dia a dia e, de outro, aqueles que consideram tais aplicações sinônimo de fraude.

De acordo Niyama, Rodrigues e Rodrigues (2015) a contabilidade criativa tem dois entendimentos diferenciados: manipulação dentro da legalidade do sistema contábil e verdadeiras fraudes. A primeira envolve práticas tomadas pelos gestores a fim de influenciar os resultados, tornando-os mais desejável possível, utilizando os conhecimentos das normas contábeis a fim de manipular os valores que serão divulgados nas demonstrações contábeis. Segundo os autores os principais fatores que motivam sua adoção, principalmente no que diz respeito ao seu impacto sobre as decisões dos usuários, são:

- ✓ Melhoria da imagem das Demonstrações Contábeis e a constância de sua imagem ao longo dos anos: tal objetivo pode ser alcançado através da maximização dos resultados ou procedimentos que possibilitem evitar séries de lucros voláteis, a fim de atrair potenciais investidores. Outra forma seria através da adoção de políticas de crescimento sustentado dos dividendos.
- ✓ Situação patrimonial e financeira: a melhoria dessa situação é alcançada através da divulgação de indicadores de endividamento mais favoráveis ou ao menos mais estáveis, fazendo com que os usuários acreditem estar expostos a um menor risco. Em outra perspectiva da contabilidade criativa, essa prática é utilizada para deteriorar a imagem apresentada nas demonstrações contábeis, que pode ser conseguido através da minimização dos resultados, com o objetivo de reduzir a carga fiscal ou ter uma política menos atrativa de distribuição de dividendos.

- ✓ Interesses distintos entre os órgãos de gestão e investidores: de um lado encontram-se maximizadores do valor da entidade, e do outro, comportamentos maximizadores do papel dos gestores, que evidenciam nas contas das empresas o objetivo que visam atingir. Os gestores ao serem pressionados pelos investidores podem optar em utilizar a contabilidade criativa.
- ✓ Princípios, critérios de mensuração e procedimentos complexos: devido a essa complexidade, a informação contábil está sujeita a diferentes interpretações por quem é responsável por sua elaboração, possibilitando uma atitude oportunista, sem que esta resulte em qualquer fraude ou ilegalidade.

Para Cosenza e Grateron (2011), os motivos para o uso desse fenômeno é variado, destacando-se aqueles relativos ao planejamento tributário e à melhoria em sua situação patrimonial, incrementando a capacidade de honrar seus compromissos com os recursos que compõem o seu patrimônio ou ativo, tendo uma garantia de sobrevivência futura. Tal fato vem ocasionando múltiplos escândalos financeiros no cenário mundial.

Duarte e Ribeiro (2007) discutem em seus estudos os impactos que a prática da contabilidade criativa pode ocasionar nas decisões dos usuários da informação contábil, conforme Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1 – Impactos da Contabilidade Criativa.**

IMPACTOS	DESCRIÇÃO
Estabilização dos Resultados	As empresas preferem, geralmente, refletir uma tendência estável no crescimento do lucro, em vez de mostrar lucros voláteis com séries de dramáticas subidas e descidas. Isto se consegue criando elevadas e desnecessárias provisões que atuam nos resultados dos anos bons, de forma a que estas provisões possam reduzir-se, melhorando os resultados dos anos maus.
Manutenção ou aumento dos preços de cotação	Trata-se, neste caso, reduzir aparentemente os níveis de endividamento (fazendo crer que a empresa está exposta a um menor risco), ou criando uma favorável tendência dos resultados (fenômeno que aumentará a atratividade de novos investidores).
Retardamento da chegada de informação ao mercado	Os gestores, beneficiando de informação privilegiada, podem diferir a divulgação de dados cujo conhecimento público não seja oportuno.

Fonte: Duarte e Ribeiro (2007).

Para Duarte e Ribeiro (2007, p.30) “Podemos dizer que apenas a primeira prática está eticamente aberta a um debate honesto e desejavelmente profícuo, enquanto as duas restantes serão, daquele ponto de vista, consideradas inaceitáveis”.

Ainda sobre o contexto relacionado à ética, Matsumoto e Parreira (2007) notaram um impasse que existe entre a ética e o interesse: onde de um lado, os gestores exercem seu papel a fim de garantir a continuidade dos negócios sob uma perspectiva ética, legal e preservando a integridade das informações oferecidas, e do outro, estão os acionistas e proprietários que visam sempre um melhor resultado com o objetivo de obter uma rentabilidade maior.

Em contraponto, Sousa, Nascimento e Bernardes (2013) também identificaram outra perspectiva da contabilidade criativa, onde os gestores manipulam os resultados a fim de torná-los menores para, entre outras razões, diminuir sua arrecadação de impostos e encargos.

De acordo com Santos e Scarpin (2011) a qualidade da informação contábil minimiza de forma substancial as práticas de gerenciamento de resultados. Em seu estudo evidenciaram que há gerenciamento de resultados nas empresas mais admiradas do Brasil, onde os efeitos de tais práticas podem ser nocivas à sociedade e a economia do país como um todo.

### **2.3 Mitigando a Utilização da Contabilidade Criativa**

O tema contabilidade criativa sempre será objeto de pesquisa, visto que sua solução definitiva é muito difícil de alcançar, pois as normas contábeis vigentes permitem diferentes procedimentos de mensuração, estimativas, dentre outros, e ficará sempre em poder dos gestores das organizações para a tomada de decisão e, sobre a elaboração das demonstrações contábeis, estes optam com maior frequência pela óptica que mais lhes favorecem (SOUSA, 2015).

Sousa, Nascimento e Bernardes (2013) notaram que o uso da contabilidade criativa é abundante nos ambientes acadêmicos e empresariais em diversos países, sendo sua prática exercida para satisfazer aos interesses dos proprietários e acionistas, e que o profissional contábil ao conhecer tal fenômeno deve estar consciente dos malefícios que essa escolha provoca à ciência contábil.

Essa não é uma tarefa fácil de ser solucionada, sendo necessário conhecer melhor sobre o Gerenciamento de Resultados para se chegar a uma solução, já que tanto as causas como consequências afetam diretamente as informações contábeis e, conseqüentemente, as decisões tomadas pelos usuários dessas informações (MATSUMOTO; PARREIRA 2007).

Segundo Santos e Grateron (2003), e Consenza (2002), a normatização na área contábil e a harmonização das normas internacionais poderão colaborar de forma positiva, através da redução de alternativas de escolha entre princípios e práticas contábeis aceitas, como os critérios de depreciação, provisão entre outros. Esta redução irá diminuir o campo fértil da ambiguidade ou inexistência de normas, conseqüentemente limitará o uso da contabilidade criativa.

Porem, para Santos e Scarpin (2011) ao padronizar os critérios de registro e avaliação das variáveis econômicas das empresas, o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade (IFRS) consolidou o poder discricionário dos gestores, permitindo a manipulação da informação econômica divulgada ao mercado.

Por outro lado, ainda de acordo com Santos e Scarpin (2011), a transição para IFRS pode eventualmente conter ou colaborar para o Gerenciamento de Resultado, pois verificou-se uma redução do Gerenciamento de Resultados no período anterior a 2005, em países que adotaram voluntariamente as IFRS.

Consenza (2002) apresentou algumas medidas e ações que visam limitar o campo de atuação da contabilidade criativa e de restringir sua difusão, elencadas a seguir: Um trabalho mais significativo da auditoria independente nessa questão; Inserção efetiva de comitês de auditoria; Melhoria da qualidade das informações prestadas; Criação de normas mais específicas e concretas; Limitação do poder discricionário dos gestores na escolha dos procedimentos contábeis; e Eliminações do resultado das transações que apresentam caráter subjetivo.

Nesse contexto, para combater a prática de gerenciamento de resultado é importante a existência de um planejamento estratégico consistente, onde o trabalho de auditoria seja mais intenso em relação à fidedignidade das demonstrações contábeis, acompanhado de um trabalho de conscientização ética e profissional dos profissionais responsáveis pela contabilidade e, não menos importante, a adoção de normas e leis melhor elaboradas e propensas a proteger a ciência contábil (SOUSA; NASCIMENTO; BERNARDES 2013).

### **3 METODOLOGIA**

A adoção de procedimentos ordenados e sistemáticos deve ser o resultado da busca de conhecimentos adequados à consolidação da base metodológica, direcionada à solução do

problema proposto e à produção de resultados válidos, essência do trabalho científico, motivo pelo qual houve a preocupação, na realização deste trabalho, de se adotar métodos e procedimentos adequados à solução do problema apresentado.

Dessa forma, entende-se que é essencial a utilização estratégica dos diferentes métodos, com a avaliação de suas vantagens e limitações, vislumbrando usá-los corretamente em diferentes situações, tipos de informações e problemas sociais. (BAUER et al., 2002)

Base para a investigação científica, “[...] os métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos, sendo diferenciados entre eles de acordo com as correntes filosóficas adotadas pelo pesquisador para explicar como se processa o conhecimento da realidade” (AGUIAR, 2006, p. 104).

Os procedimentos metodológicos adotados são os detalhados a seguir.

### **3.1 Objetivo, Abordagem, Procedimentos Técnicos e Instrumentos de Coleta de Dados**

Quanto ao objetivo, para a realização deste trabalho optou-se pela pesquisa de caráter descritivo. Gil (1999, p. 28) cita como objetivo primordial das pesquisas descritivas “... a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Com relação à abordagem, optou-se pelo estudo qualitativo, que é marcado pela ausência de instrumentos ou tratamentos estatísticos. “Cabe lembrar que, apesar de a contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata, como alguns poderiam pensar”. (RAUPP e BEUREN, 2006, p.92).

Silva (2006, p. 29) menciona a diferença entre as abordagens qualitativa e quantitativa, enfatizando que a diferença primordial entre uma abordagem e outra “[...] é o fato de o paradigma qualitativo não empregar dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema”.

Para a fundamentação conceitual do estudo e como procedimento técnico para a coleta de dados foi realizada pesquisa com característica bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado (GIL, 2002; SEVERINO, 2007), constituído de artigos científicos com publicação realizada em periódicos e congressos acadêmicos.

### **3.2 Delimitação, Escolha da Amostra e as Limitações da Pesquisa**

A escolha da amostra foi realizada de forma não aleatória, em decorrência da facilidade de acesso às publicações e da não necessidade de dispêndio de recursos financeiros. A análise dos dados foi realizada de forma indutiva, ou seja, pode ter produzido apenas conclusões provavelmente verdadeiras, partindo de informações dependentes da percepção e interpretação da pesquisadora. (LAKATOS e MARCONI, 2003).

A obtenção da amostra destinada à coleta de dados necessários ao estudo foi realizada no período de jun./2018 a fev./2019, por meio da ferramenta de busca disponível na plataforma de pesquisas do Google Acadêmico (SCHOLAR, 2019).

Procurou-se por artigos publicados em periódicos e congressos, com a utilização das palavras-chave “IFRS”, “Gerenciamento de Resultados”, “Contabilidade Criativa”, “Suavização de Resultados” e “Normas Internacionais de Contabilidade”. Foram, inicialmente, identificados 570 resultados.

A procura foi então delimitada para abranger somente o intervalo de jan./2013 a nov./2018 e as publicações em língua portuguesa. A partir dessas novas delimitações, a amostra foi reduzida para aproximadamente 197 obras, que foram selecionadas por meio da “relevância dos títulos” apresentados nas páginas listadas para os critérios de busca.

Posteriormente realizou-se a leitura dos resumos dos 197 artigos pré-selecionados, ocasião em que foram descartados aqueles que não apresentavam no resumo informações relevantes a esta pesquisa, ou seja, relacionadas à influência das IFRS sobre o Gerenciamento de Resultados no Brasil. Feitas as exclusões, restaram 12 artigos que atendiam aos objetivos pretendidos para o presente estudo.

Por se debruçar sobre apenas uma pequena amostra do universo de pesquisa disponível, este estudo não tem a pretensão de generalizar as suas conclusões, considerando que apresenta limitações, ou seja, dependeu basicamente da análise e das interpretações realizadas pela pesquisadora e não apresentou inferências de cunho estatístico, duas das características inerentes às abordagens qualitativas.

Evidenciadas as delimitações, a amostra e as limitações desta pesquisa, a seguir são apresentados a análise e os resultados obtidos.

## **4 A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E OS RESULTADOS**

### **4.1 Estudos sobre a influência das IFRS sobre o Gerenciamento de Resultados**

Grecco (2013) pesquisou se a mudança do padrão contábil brasileiro propiciou a diminuição do Gerenciamento de Resultados (GR) e a melhora da qualidade da informação contábil. Para esse estudo, foi utilizada uma amostra composta por 361 empresas abertas brasileiras não financeiras, com um intervalo de pesquisa de 2005 a 2011, sendo utilizado o modelo Jones Modificado para quantificar o GR por meio das apropriações discricionárias.

De acordo com Grecco (2013), não há evidência de que a convergência ao padrão contábil internacional tenha gerado algum efeito sobre o gerenciamento de resultado. Também concluiu que não há evidências quanto ao aumento da melhora da informação contábil após a adoção das IFRS.

Joia e Nakao (2014) analisaram os efeitos sobre o gerenciamento de resultado no período de convergência às normas internacionais de contabilidade, em empresas brasileiras de capital aberto, não financeiras, no período de 2006 a 2011. Para esse estudo foram realizados dois testes, sendo o primeiro baseado no modelo Jones Modificado, e o segundo em uma análise com correção de Newey-West.

Após os dois testes, os autores verificaram uma diminuição nas acumulações discricionárias, porém, como pesquisado por Grecco (2013), não encontraram evidências de que essa redução nas Acumulações discricionárias esteja relacionada à adoção das IFRS. Adicionalmente, verificaram que as AD são menores em grandes empresas e maiores em empresas que apresentam níveis maiores de endividamento, sendo que as empresas de grande porte tendem a fornecer informação contábil de melhor qualidade. Ainda em suas considerações, apontaram que as alterações nas AD das entidades possam estar relacionadas à própria mudança da norma, na forma de avaliação de alguns ativos, e que não necessariamente estariam manipulando seu resultado (JOIA; NAKAO, 2014).

Silva et al. (2014) através de uma pesquisa descritiva, documental, de cunho quantitativo, e com uma amostra composta por 369 empresas brasileiras e 246 empresas chilenas, por meio do modelo KS, calcularam as acumulações discricionárias (AD) e buscaram analisar o impacto das IFRS sobre o gerenciamento de resultados, durante os anos de 2001 a 2012.

Concluíram que, após a convergência contábil aos padrões internacionais, houve um decréscimo nas acumulações discricionárias nos dois países, mas que essa redução foi significativa apenas em empresas chilenas. Verificaram, também, níveis de gerenciamento de resultados superiores em empresas chilenas, quando comparadas as empresas brasileiras.

Bruni, Filho e Lima (2014) verificaram em que proporção a adoção das IFRS no Brasil afetou o gerenciamento de resultado em relação às decisões operacionais. A amostra desse

estudo inclui 27 empresas do setor de material básico listadas na Bovespa, sendo que para o cálculo do GR foram utilizados dois modelos “economáticos”: o modelo proposto por Anderson, Banker e Janakiraman, e o modelo de Roychowdhry. Como intervalo de pesquisa, foram utilizados os períodos de 2003 a 2007 e 2008 a 2012.

Os autores concluíram que não há evidências de que a convergência às normas internacionais de contabilidade tenham causado impacto sobre o gerenciamento de resultados, ou seja, não detectaram em seu estudo indícios de que o uso dessas novas normas tenham impactado significativamente o GR nas empresas brasileiras do setor de material básico. Ainda segundo os autores, não foi possível identificar melhoria na qualidade da informação contábil após a adoção das IFRS (BRUNI; FILHO; LIMA, 2014).

Silva e Fonseca (2015) por meio de uma pesquisa descritiva-explicativa, com abordagem quantitativa, analisaram o efeito da adoção das normas internacionais de contabilidade sobre o gerenciamento de resultados em empresas brasileiras e portuguesas. Neste estudo foi utilizada uma amostra composta por 143 empresas brasileiras e 30 empresas portuguesas, retiradas do *site* eletrônico Thomson Financial e Worldscope.

Os autores não obtiveram resultados estatísticos significativos dos efeitos do processo de convergência das IFRS sobre o GR e na qualidade e confiança dos demonstrativos financeiros. Também concluíram que por esse processo de convergência ser recente, ainda é cedo para se identificar avanços consideráveis na melhoria da qualidade das informações contábeis oferecidas pelas companhias brasileiras e portuguesas.

Cardoso, Souza e Dantas (2015) por meio de um estudo bibliográfico, pesquisaram sobre a influência das IFRS na mensuração das acumulações discricionárias. Neste estudo, foi utilizada uma amostra composta por 235 companhias abertas brasileiras não financeiras e não seguradoras. Para o cálculo das AD foi empregado o modelo Jones Modificado sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2009, apuradas pelo antigo BRGAAP (Brazil Generally Accepted Accounting Principles) e IFRS.

Os resultados do trabalho apresentaram dados empíricos sobre a relevância de perda de comparabilidade em relação ao cálculo das acumulações discricionárias nas demonstrações, a partir da convergência as normas internacionais. Foi constatada, uma diferença significativa na AD entre os dois modelos contábeis (BRGAAP e IFRS), onde os resultados demonstraram que os valores dessas acumulações estão relacionados ao modelo contábil aplicado no cômputo das informações contábeis (CARDOSO; SOUZA; DANTAS, 2015).

Cardoso, Souza e Dantas (2015) ainda ressaltaram que, em pesquisas onde há em uma mesma série histórica informações em BRGAAP e IFRS, poderiam ser produzidas conclusões distorcidas sobre o gerenciamento de resultados. E estenderam essa conclusão ao âmbito internacional, propondo que os valores das AD podem estar relacionados ao nível de diferenciação entre os padrões contábeis utilizados na pesquisa (Legislação contábil local x IFRS).

Lourenço e Branco (2015) tiveram como objetivo de pesquisa caracterizar os efeitos da adoção das IFRS, por meio de 67 artigos publicados em revistas incluídas no Social Sciences Citation Index (SSCI), entre os anos de 2000 a 2013. Por meio de evidência empírica, constataram um efeito positivo na qualidade de informação contábil após a adoção das normas internacionais, e que isso proporcionou informações com maior valor relevante e menor grau de gerenciamento de resultados.

Segundo Lourenço e Branco (2015), uma amostra composta por países de diversos continentes apresentou resultados diferentes em relação à caracterização dos efeitos da adoção das IFRS, em comparação a uma amostra que incluem apenas países da União Europeia, sendo que os resultados da primeira amostra não são tão satisfatórios à adoção das normas internacionais quanto à segunda amostra.

Verificaram também que em países onde a convergência às normas internacionais foram adotadas de forma voluntária os efeitos tendem a ser não positivos, mas, em países onde a adoção das IFRS era obrigatória, tendem a apresentar dados positivos. De maneira geral, os verdadeiros efeitos da adoção das normas internacionais só serão identificáveis após diversos anos de aplicação dessas novas normas (LOURENÇO; BRANCO, 2015).

Klann e Beuren (2015) em seu artigo demonstraram o impacto do processo de convergência das IFRS sobre o grau de Gerenciamento de Resultados em empresas brasileiras. Para esse estudo foram utilizadas duas amostras: a primeira composta por 133 empresas, com demonstrações contábeis relativas ao período de 2005 a 2007; e a segunda composta por 106 empresas, com demonstrações dos períodos de 2010 a 2012. O artigo adotou características de cunho descritivo, com abordagem quantitativa, e teve como base o modelo de Barth.

Segundo aqueles autores, pelo menos no primeiro momento do processo de convergência, houve um aumento no grau de suavização de resultados demonstrado pelas empresas. O pressuposto é de que essa elevação pode ser resultado da maior flexibilidade das novas normas, ao gerarem um aumento do poder discricionário dos profissionais de

contabilidade, que poderiam se utilizar desse fato para gerir os resultados em benefício próprio (KLANN; BEUREN, 2015).

Entretanto, por esse processo de convergência ainda ser recente no Brasil, com o passar dos anos pode ser possível uma redução dos níveis de GR, por meio de uma maior preparação e adaptação dos profissionais de contabilidade em relação a essas novas normas. Os autores ainda reforçam que a melhoria da informação contábil não está relacionada apenas ao processo de convergência às normas internacionais, mas também a um conjunto de fatores, tais como o aprimoramento dos profissionais em relação às IFRS, a melhoria da qualidade da educação contábil e a efetiva utilização de práticas de Governança Corporativa (KLANN; BEUREN, 2015).

Telles e Salotti (2015) por meio de um estudo documental, com objetivos exploratórios e descritivos, com enfoques qualitativos e quantitativos, verificaram o impacto das IFRS sobre a divulgação e apresentação de informações em relação à depreciação dos ativos imobilizados brasileiros, nas demonstrações contábeis anuais. Para isso, utilizaram uma amostra composta por demonstrações financeiras de 74 empresas do Brasil, de capital aberto, listadas na BM&FBOVESPA, no intervalo de 2006 a 2012.

Os autores concluíram que houve impactos significativos nas notas explicativas após a adoção das IFRS, apesar de compreenderem que as normas ainda não estão sendo aplicadas em sua plenitude. Assim, afirmaram que muitas companhias ainda precisam se ajustar completamente às novas normas, no que diz respeito à depreciação.

Silva, Duque e Soares (2016) por meio de uma pesquisa bibliográfica e com abordagem qualitativa, incluindo em seu estudo artigos relacionados à adoção das normas internacionais de contabilidade em diversos países, durante o período de 2008 a 2013, apresentam as vantagens e desvantagens do processo de adoção das IFRS.

Entre as vantagens encontradas, os autores destacam a comparabilidade e a redução do custo de processamento e controle das informações contábeis, justificando a relevância dessas vantagens por considerar uma economia atual cada vez mais interdependente e globalizada, que demanda normas abrangentes e de qualidade, de forma a diminuir a assimetria informacional (SILVA; DUQUE; SOARES, 2016).

Sobre as desvantagens, Silva, Duque e Soares (2016) apontaram para o subjetivismo das normas, que exigem um grau elevado de julgamento e interpretação por parte dos gestores, sendo isso uma brecha para a manipulação dos resultados, e o aumento da possibilidade do uso da contabilidade criativa.

Como citado por Klann e Beuren (2015), Duque e Soares (2016) reforçaram a importância quanto à preparação dos profissionais de contabilidade ao gerarem informações nos padrões contábeis internacionais, sendo esse empenho um dos meios de se obter a necessária qualidade das informações contábeis.

Favoretto et al. (2017), por meio de um estudo com abordagem empírica analítica, utilizando a base de dados da Economatica no período de 2007 a 2016 e tendo uma amostra composta por 49 empresas brasileiras de capital aberto não financeiras listadas na Bovespa, verificaram se os gestores mesmo após a adoção das IFRS continuam manipulando seus resultados por meio do controle das provisões.

Favoretto et al. (2017) ressaltam o atual cenário em que vivem as empresas de médio e grande porte do Brasil, explicitando sobre as frequentes pressões sobre os gestores por melhoria dos resultados. Diante desse contexto, os autores questionam sobre a maturidade desses profissionais, em relação a essas constantes pressões, aliadas ao aumento da necessidade de interpretação e julgamento exigidos pela nova legislação.

Segundo Favoretto et al. (2017), mesmo após a adoção das normas internacionais de contabilidade, ainda há indícios de práticas de gerenciamento de resultados por meio das contas de provisões, salientando que as possíveis causas para esse contínuo uso de GR esteja relacionado ao julgamento e interpretação mencionadas no parágrafo anterior.

Boina e Macedo (2018) buscaram analisar em seu estudo o impacto das acumulações discricionárias (AD) e não discricionárias (AND) sobre os fluxos de caixas futuros antes e depois da adoção das normas internacionais no Brasil. O estudo adotou duas amostras, ambas compostas por empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bovespa, e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, sendo a primeira amostra relativa ao período de 2004 a 2007, e a segunda amostra com o período de 2010 a 2015.

De acordo com Boina e Macedo (2018), os efeitos das AD e as AND resultantes antes da completa convergência ao padrão internacional contábil são negativos e estatisticamente significativos em relação ao fluxo de caixa futuro. Para os autores, esse resultado pode advir da intervenção do fisco nas normas contábeis brasileiras, o que possibilita aos gestores manipular os resultados contábeis em benefício próprio. Ainda segundo os autores, os impactos entre as acumulações sobre o fluxo de caixa futuro após a completa adoção das IFRS geraram efeitos positivos e foram estatisticamente significativos. Dessa maneira, verificaram um aumento da relevância e da confiabilidade das informações contábeis, proporcionando um aparente ganho informacional (BOINA; MACEDO, 2018).

## 4.2 Conclusões apresentadas pelos trabalhos da amostra analisada

O Quadro 2, a seguir, apresenta a conclusão dos trabalhos analisados no que diz referência ao grau de influência da adoção das normas internacionais de contabilidade sobre o gerenciamento de resultados no Brasil.

**Quadro 2 – Influência da Adoção das IFRS sobre o Gerenciamento de Resultados**

Autores	Influência		
	Influencia	Indiferente	Não Influencia
<b>Grecco (2013)</b>		X	
<b>Joia e Nakao (2014)</b>	X		
<b>Silva et al. (2014)</b>	X		
<b>Bruni e Filho (2014)</b>		X	
<b>Silva e Fonseca (2015)</b>		X	
<b>Cardoso, Souza e Dantas (2015)</b>	X		
<b>Lourenço e Branco (2015)</b>	X		
<b>Klann e Beuren (2015)</b>	X		
<b>Telles e Salotti (2015)</b>	X		
<b>Silva, Duque e Soares (2016)</b>	X		
<b>Favoretto et al. (2017)</b>	X		
<b>Boina e Macedo (2018)</b>		X	

Fonte: Dados compilados pela autora

Considerando as conclusões apresentadas pelos autores incluídos neste trabalho e as anotações listadas no Quadro 2, é possível inferir que a adoção das normas internacionais de contabilidade exerceram algum tipo de influência sobre o gerenciamento de resultados, sendo o impacto maior para uns do que para outros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário econômico e financeiro cada vez mais globalizado, torna-se necessário a adoção de um padrão contábil mundialmente aceito, de onde seja possível obter a comparabilidade das informações presentes nos demonstrativos contábeis. Como proposta de

unificação, as normas internacionais de contabilidade (IFRS) tem como objetivo principal a harmonização das informações contábeis, de forma a causar impactos positivos sobre a confiabilidade e equidade na apresentação das demonstrações econômicas e financeiras divulgadas pelas companhias.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, a presente pesquisa teve como objetivo verificar se os Pronunciamentos Contábeis adotados após a convergência aos padrões contábeis internacionais facilitaram a prática da contabilidade criativa no Brasil. Para tal verificação, foi utilizada uma amostra composta por 12 artigos, publicados em periódicos e congressos acadêmicos, no período de 2013 a 2018.

A partir das informações fornecidas pela amostra, foi possível concluir que a adoção do padrão contábil internacional exerceu algum tipo de influência sobre o gerenciamento de resultados, sendo que para alguns autores o impacto foi maior e para outros nem tanto. O que também pôde ser extraída da análise da amostra foi a preocupação dos pesquisadores quanto à qualificação dos profissionais de contabilidade, ao gerarem informações nos padrões contábeis internacionais, sendo tal preparação um dos meios de se obter a qualidade das informações contábeis. (KLANN; BEUREN, 2015; DUQUE; SOARES, 2016; FAVORETTO et al., 2017).

Por esse processo de convergência aos padrões contábeis internacionais no Brasil ainda ser relativamente recente, sugere-se para pesquisas futuras a análise da influência da preparação dos profissionais de contabilidade, diante as IFRS, sobre o gerenciamento de resultados, de forma a se verificar se o empenho e a capacitação desses profissionais influenciariam uma possível redução das práticas de contabilidade criativa.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Eduardo de. **Gestão de pessoas e paradoxos organizacionais**: contradições entre o discurso e a prática. Uberlândia. 2006. Dissertação (Mestrado em administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2006, 248 fl. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/11934>>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- ANTUNES, M. T. P. et al. A Adoção no Brasil das Normas Internacionais de Contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, vol. 10, n. 20, p. 5-19, jul., 2012. Disponível em: <<http://estacio.webaula.com.br/cursos/cmtcc9/galeria/aula6/docs/a01.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- BAUER, Martin W *et al.* Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOINA, Terence Machado; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Capacidade Preditiva de accruals antes e após as IFRS no mercado acionário brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, vol. 29, n. 78, p. 375-389, set./dez., 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/ArtigoRCF-artigooriginal.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- BRUNI, Adriano Leal; FILHO, José Maria Dias; LIMA, Bruno Jesus de. Gerenciamento de Resultados por meio de Decisões Operacionais, e a Adoção das Práticas Contábeis Internacionais: evidências no setor de material básico. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 2014, São Paulo. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/271.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- CARDOSO, Ricardo Lopes; SOUZA, Flavio Sérgio Rezende Nunes de; DANTAS, Manuela Moura. Impactos da Adoção do IFRS na Acumulação Discricionária e na Pesquisa em Gerenciamento de Resultados no Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, vol. 11, n. 3, p. 65-84, abr./jun., 2015. Disponível em: <<https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4161/3028>>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- CESCON, J. A. et al. Principais discricionariedades nos procedimento contábeis do ativo não circulante imobilizado: um estudo na Itaipu Binacional . In: XXIII Congresso Brasileiro de Custos, 2016, Porto de Galinhas. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4146/4147>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS (CPC). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 20 out. 2018.

CONSENZA, José Paulo. Os efeitos colaterais da contabilidade criativa. **Revista de Contabilidade Do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1716/1539>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

COSENZA, José Paulo; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. A auditoria da contabilidade criativa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 143, p. 42-61, ago. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/500>>. Acesso em: 20 out. 2018.

DUARTE, Maria Manuela Rebelo; RIBEIRO, Manuel da Silva. Contabilidade criativa: algumas abordagens. **Revista TOC 93**, p. 29-35, 2007. Disponível em: <[https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1196446510\\_29a35\\_contabilidade.pdf](https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1196446510_29a35_contabilidade.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FAVORETTO, A. B. et al. O Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Controle de Provisões. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis e Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA**, São Paulo, vol. 4, n. 2, p. 113-125, jul./dez., 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/redeca/article/view/35755/24662>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FROTA, Valeska Xavier; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques. A Influência da Contabilidade Criativa no Resultado do Trabalho do Auditor Independente. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- Gedecon**, v.2, n. 01, 2014. Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/409/402>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GARCIA, Elias; BIDARRA, Jorge. Uma Contribuição ao Estudo do Fenômeno da Ambiguidade Lexical na Atividade Contábil. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v.16, n. 30, 2017. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/9/11613>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio. O Efeito da convergência brasileira às IRFS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras. **Revista Brazilian Business Review**, Portuguese ed., Vitória, vol. 10, n. 4, p. 117-140, out./dez., 2013. Disponível em: < <http://www.bbronline.com.br/index.php/bbr/article/view/199/303>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

JOIA, Roberto Midoguti; NAKAO, Silvio Hiroshi. Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, vol. 8, n. 1, p. 22-38, jan./mar., 2014. Disponível em: < <http://www.repec.org.br/repec/article/view/1014/854>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria. Impacto da Convergência Contábil Internacional na Suavização de Resultados em Empresas Brasileiras. **Revista Brazilian Business Review**, Portuguese ed., Vitória, vol. 12, n. 3, p. 1-25, mar./abr., 2015. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/e8fa936bf0340ab9659e91403066a20b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2032630>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Criativa Maquiando as Demonstrações Contábeis. In: Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/60>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURENÇO, Isabel Maria Estima Costa; BRANCO, Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo. Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, vol. 26, n. 68, p. 126-139, mai./jun./jul./ago., 2015. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/rcf/2015nahead/pt\\_1519-7077-rcf-201500090.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcf/2015nahead/pt_1519-7077-rcf-201500090.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Detectando Earnings Management no Brasil: Estimando os Accruals Discricionários. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, vol. 19, n. 46, p. 7-17, jan./abr., 2008. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34248/36980>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MATSUMOTO, Alberto Shiguero; PARREIRA, Enéias Medeiros. Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e consequências. **UnB Contábil-UNB**: Brasília, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Ana Maria Gomes; RODRIGUES, Jomar Miranda. Algumas Reflexões sobre Contabilidade Criativa e as Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 69-87, jan./mar., 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4775>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicada às ciências contábeis. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.76-97.

SANTOS, Alexandre Corrêa dos; SCARPIN, José Eduardo. Gerenciamento de Resultados: análise de sua incidência em empresas mais admiradas do Brasil. **Revista de Estudos Contábeis**: Londrina, v.2, n. 3, p. 14-33, jul./dez. 2011.

SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Contabilidade Criativa e Responsabilidade dos Auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo-USP, n. 32, p. 7-22, maio./ago. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34091/36823>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

SCHOLAR. Pesquisas do Google Acadêmico. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=&btnG=>)>. Acesso em: abr. de 2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. D. et al. Influência da Convergência Internacional no Nível de Gerenciamento de Resultados de Empresas Brasileiras e Chilenas. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 2014, São Paulo. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/143.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada á contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Maria Angélica Ferreira da; DUQUE, Andréa Paula Osório; SOARES, Jorge de Abreu. Convergência e Harmonização das Normas Contábeis Internacionais: Vantagens e Desvantagens. In: Congresso de Administração, Sociedade e Inovação, ISSN: 2318-698, 2016, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora. Disponível em: <<https://even3.azureedge.net/anais/36742.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SILVA, Pedro Ylunga Costa da; FONSECA, Marcos Wagner da. Gerenciamento de Resultados : estudo empírico em empresas brasileiras portuguesas antes e após a adoção das IFRS. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, São Leopoldo, vol. 12, n. 3, p. 193-209, jul./set., 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3372/337242231004.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, R. M.; SANTOS, G. C. Contabilidade Criativa: Brechas nas normas contábeis ou fraude contábil? Uma análise das maiores fraudes mundiais. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 4, n. 13, p. 144-161, 2016. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/rage/article/view/732>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SOUSA, Andreia Sofia Neves de. **Contabilidade Criativa**. Mestrado - Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, Instituto Superior De Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <<http://www.re-activar.pt/wp-content/uploads/Contabilidade-Criativa.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SOUSA, Wellington Dantas; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes; BERNARDES, Juliana Reis. Contabilidade Criativa *versus* Ciência Contábil: um estudo dos impactos do fenômeno sobre a ciência. **Revista Opara: Ciências Contemporâneas Aplicadas**, Petrolina, v.3, n.1, p. 56-70, 2013. Disponível em: <[http://www.fucape.br/public/producao\\_cientifica/2/100-208-1-pb.pdf](http://www.fucape.br/public/producao_cientifica/2/100-208-1-pb.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2017.

TELLES, Samantha Valentim; SALOTTI, Bruno Meirelles. Divulgação da informação contábil sobre depreciação: o antes e o depois da adoção das IFRS. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, n. 2, p. 153-173, abr./jun., 2015. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4412/3032>>. Acesso em: 02 jan. 2019.